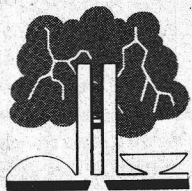


ESCÂNDALO/DEPOIMENTO

Suplente desviou verba para comprar dólares

Feres realizou operação de câmbio com US\$ 298 mil destinados a entidade de sua propriedade

BRASÍLIA — A CPI do Orçamento descobriu que o suplente de deputado Feres Nader (PTB-RJ) desviou parte das verbas destinadas ao Instituto Antônio Belino Rodrigues Leite, de Bananal (SP). A entidade, criada por Feres e parentes, recebeu US\$ 1,973 milhão das subvenções sociais do Orçamento-Geral da União. Do total, US\$ 298.213 foram usados para comprar dólares na agência de turismo Cambitur, de propriedade de Júlio Martins Vilaça.



Feres Nader depôs ontem à CPI e não explicou a transação. Por causa das irregularidades no instituto, ele e a família já estão sendo processados na Justiça de São Paulo por estelionato e formação de quadrilha. Em dezembro do ano passado, a juíza Regina Aparecida Caro mandou fechar a entidade. Feres disse ontem que recorreu da sentença e afirmou que "inimigos da família", chefiados pelo sogro de um de seus irmãos, estariam perseguindo o instituto.

A Receita Federal participou das investigações sobre a entidade de Bananal e apurou que sua sede era uma casa de seis cômodos dos quais quatro foram encontrados vazios — nos outros dois, havia apenas duas escrivaninhas e uma poltrona. A entidade foi fundada em 1986 e foi batizada com o nome do avô de Feres. O presidente do instituto é Ercy Teodoro, cunhado de Feres, o vice é Carlos Nader, filho, o tesoureiro é Antônio Belino, primo, e o coordenador do conselho fiscal é Elias Nader, atual prefeito de Bananal e irmão do suplente de deputado.

O terreno do instituto, onde deveria ter sido criado um centro de tratamento e recuperação de dependentes de drogas, foi vendido pelo próprio Feres ao cunhado Jacy Teodoro, que depois revendeu o imóvel para a entidade por preço superfaturado. No processo de dissolução judicial do instituto, os peritos constataram que o terreno foi vendido por Jacy à entidade por valor sete vezes superior ao de mercado. Para a CPI, a operação também foi usada para desviar as verbas recebidas pelo instituto do Orçamento-Geral da União. A sentença da juíza que mandou fechar a entidade ainda não foi cumprida porque Feres recorreu ao Tribunal de Justiça do Estado.



José Varella/AE

Feres enxuga o suor no interrogatório: "Se encontrarem uma emenda minha, quero meu fuzilamento"